

Conferência Recrutamento Militar: Dificuldades e Desafios

28 de março de 2018

José Azeredo Lopes
Ministro da Defesa Nacional

Antes de mais, permitam que felicite a Comissão de Defesa Nacional por esta iniciativa: pensar a questão do recrutamento militar – e assim também a da retenção dos militares nas fileiras – é, como todos concordaremos, pensar uma questão de relevância nacional que, como tal, a todos convoca e a todos responsabiliza.

Em bom rigor, pensar o recrutamento militar e a retenção dos militares nas fileiras deixou de ser um tópico (só) interno ou nacional. É, além disso, um problema de dimensão internacional – reflexo, por um lado, de um mundo globalizado, e, por outro, de uma mudança de paradigma que, como tal, nos confronta com novas demandas, expectativas e exigências para as quais, aparentemente, ainda não se encontrou a melhor forma de responder.

Problema de dimensão internacional e não tão recente quanto isso: a este título, bastará recordar o estudo da NATO, Recruiting and Retention of

Military Personnel, que já em 2007 refletia sobre estas matérias, com vista à elaboração de recomendações práticas e de formas eficazes de intervenção.

Com o objetivo, entre outros, de enfrentar a questão do recrutamento e da retenção, da percepção das Forças Armadas e do interesse dos jovens pela Defesa, sabemos, por exemplo, da existência em França, desde 2005, do Haut Comité d'Évaluation de la Condition Militaire, que anualmente apresenta recomendações relativas ao mesmo tipo de desafio.

E trago depois à colação outro caso insuspeito, o da Suécia, conhecida pela sua neutralidade e pelos esforços de mediação internacional, que anunciou muito recentemente (falta ainda saber pormenores) a reinstituição do Serviço Militar Obrigatório que abolira em 2010, assim como o investimento na formação e na educação universitária com estímulo ao alistamento.

Não se trata, evidentemente, de escamotear a importância de uma reflexão-ação mais circunscrita à nossa realidade. Dessa importância e desse compromisso tem o Governo dado sobejas provas, desde logo pela valorização da carreira militar e dos recursos humanos e materiais adequados ao exercício de funções na área da Defesa Nacional.

É também disso demonstração o consenso alargado que resultou na alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e que, unanimemente, este Parlamento aprovou.

É ainda disso sinal o que vem sendo feito em prol da consagração da especificidade da condição militar, nomeadamente, pela assunção de um “dever de cuidado” relativamente aos Deficientes da Forças Armadas e aos Antigos Combatentes.

Ou o compromisso de Proximidade, de divulgação das questões da Defesa Nacional junto dos Cidadãos, concretamente dos jovens, que queremos Cidadãos comprometidos, críticos e esclarecidos – aspeto de capital importância para o debate que hoje nos reúne na casa da Democracia.

Igualmente fundamental, contudo, parece ser compreender a encruzilhada a que este mundo globalizado e esta mudança de paradigma nos conduziu.

Por um lado, há, certamente, os mais variados fatores *objetivos* que explicam ser hoje o recrutamento e a retenção uma dificuldade que não podemos evitar. Entre outros:

- O problema demográfico e de envelhecimento da população.

Estudos do INE mostram que, muito embora conhecidos e reconhecidos por todos, ambos os problemas apresentam, por exemplo, variações interessantes a nível do Continente e das Regiões Autónomas, entre o Litoral e o Interior, cujo aprofundamento pode resultar na capacidade de pensar medidas mais eficazes, porque atentas a essas especificidades regionais;

- A tradição de alimentação da estrutura militar a partir das bases – por oposição, por exemplo, ao paradigma industrial, onde a contratação de jovens que iniciam a sua carreira se associa a contratação de especialistas experientes; ou

- Aquele que alguns alegam ser o desfasamento entre as expectativas e anseios das gerações mais jovens – que são as gerações das redes sociais, da dita democratização do acesso à esfera pública e à opinião (de uma forma e com um preço que não caberá neste momento discutir), que são as gerações da relação porventura atenuada, porventura apenas própria, com a disciplina e a autoridade –, o aparente desfasamento, dizia, entre as nossas novas gerações e o imaginário militar.

Por outro lado, contudo, talvez seja do enfrentamento de aspetos mais *difusos* que depende a resposta em profundidade às dificuldades que nos interpelam.

- Da análise e do questionamento da representação que Defesa Nacional e Forças Armadas têm de si mesmas e da sua adequação aos desafios do mundo contemporâneo, por exemplo, parece depender a capacidade de gizar uma estratégia e uma ação verdadeiramente concertadas e de longo prazo, envolvendo, simultaneamente, estrutura militar/estrutura governativa/sociedade civil, com vista à sensibilização e ao esclarecimento do que é hoje a missão e os desafios que se colocam à Defesa Nacional e às Forças Armadas.

A este respeito, permitam que deixe nota dos estudos que, neste momento, a DGRDN leva a cabo com a colaboração empenhada dos Ramos, sobre a perceção dos jovens relativamente às Forças Armadas e dos militares relativamente à própria profissão, e que virão certamente a revelar-se determinantes na conceção e aplicação de medidas concretas, baseadas nos dados concretos cientificamente apurados, e não em meras impressões ou convicções;

- Da compreensão e da adaptação da Defesa Nacional e das Forças Armadas a essa missão e a esses desafios, determinados, como sabemos, por novas tipologias de conflitos, parece depender a acuidade do perfil que traçamos do que é hoje a Defesa e do que é ser, hoje, militar;

- Do mesmo passo, é também desse auto-questionamento que há-de resultar, seja uma maior eficácia das estratégias a adotar com vista ao recrutamento e à retenção dos nossos jovens (hoje, em média, muito mais qualificados que há dez ou vinte anos); seja uma maior justeza das garantias a dar de acesso ao mercado de trabalho no final dos contratos; seja até uma estratégia mais consolidada para o recrutamento no feminino;

- De nos repensarmos hoje, finalmente, parece depender, mais que a nossa capacidade de suprir as necessidades do presente, a nossa capacidade de projetar as necessidades e a resposta às necessidades do futuro.

Não sem alguma ironia, a circunstância de as gerações mais jovens terem já conquistado a felicidade do distanciamento histórico relativamente à realidade da guerra dita convencional – seja, no plano mundial, a Segunda Grande Guerra (e até a Guerra Fria), seja, no plano nacional, a guerra

colonial –, não sem alguma ironia, dizia, a felicidade do distanciamento histórico parece ter trazido consigo um relativo desconhecimento cidadão, bastante menos feliz, relativamente às questões da Defesa Nacional, em geral, e à instituição militar, em particular.

Talvez não seja de descartar a hipótese de ser também da reconciliação com a nossa própria história recente que dependerá a quebra desse desconhecimento e reconstruir-se uma proximidade mais sadia, porque limpa da dor de um passado, para tantos homens e mulheres da nossa geração – da nossa, quero dizer, da minha e das gerações anteriores à minha –, ainda traumático.

É, portanto, urgente lançar pontes entre a sociedade civil e a instituição militar, é urgente aproximar a instituição militar e os jovens que a renovam e reinventam, é urgente fomentar uma consciência e uma identidade cívica ancoradas no conhecimento da História, mas que se projete em abertura e em Futuro.

É essa a razão pela qual cabe a todos – Governo, partidos políticos, Forças Armadas, Sociedade Civil, Academia –, a todos, sem exceção, não deixar que a ordem dos fatores se inverta e que o restabelecimento da

proximidade que almejamos se faça por imposição da realidade crua das novas guerras, híbridas, imprevisíveis, que revelam no terrorismo o seu rosto mais obscuro. Porque para a demanda de um mundo mais pacífico, mais justo, mais livre e mais plural seria, porventura, tarde de mais.

Muito obrigado.